



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007662-56.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Eliana Ermelinda Queiroz**
 Requerido e Denunciado: **Marcos Paulo Avila e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação proposta por **ELIANE ERMELINDA QUEIROZ** contra **MARCOS PAULO AVILA, MARIA LÚCIA MASUCCI PATACRON** e o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, em virtude do acidente automobilístico que ocorreu no dia 10/01/16, que vitimou fatalmente o seu filho, Felipe Queiroz Ferreira, que conduzia sua motocicleta, pela Avenida Comendador Maffei, quando o veículo Fiat/Uno Vivage, de propriedade da segunda requerida, e conduzido pelo primeiro requerido, fez uma conversão, saindo da via da direita, no sentido da via da esquerda, interrompendo a trajetória da motocicleta, que foi arremessada, junto com seu filho, dentro do córrego, em uma altura de aproximadamente 4 metros, acarretando traumatismo craniano neste último, que veio a falecer, sendo que o local, que margeava o córrego, não possuía a defesa metálica, o que certamente teria evitado a tragédia.

O Município apresentou contestação (fls. 173), alegando, que se trata de hipótese de responsabilidade subjetiva; que inexistia a obrigação de colocação de defesa metálica; que não houve culpa de sua parte e que inexistente nexos causal a ensejar o pagamento das indenizações pleiteadas, cujos valores contesta, sendo o caso se culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. Impugnou, ainda, os valores pleiteados.

A requerida Maria Lúcia Masucci Patacron contestou a fls. 200, alegando, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva, tendo requerido a denunciação da lide à Sra. Roseli de Fátima Nery. Alegou, ainda, que o condutor do veículo deve ser responsabilizado pelo ocorrido.

O requerido Marcos Paulo Avila contestou a fls. 217, alegando que o laudo pericial


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

na esfera criminal não pôde aferir a velocidade dos veículos, mas concluiu que tinha dado seta e que foi colidido pelo motocicleta, que provavelmente não observou que fazia o retorno, tendo a Promotoria de Justiça requerido o arquivamento do inquérito, inexistindo os pressupostos para a responsabilidade civil. Questionou, por fim, o valor da indenização.

Houve réplica.

Foi deferida a denunciação da lide (fls. 261).

A requerida Roseli foi citada e apresentou contestação a fls. 284, alegando a sua ilegitimidade passiva. No mérito, alegou que o requerido Marcos foi inocentado na esfera criminal, tendo havido culpa exclusiva a vítima. Questionou, ainda, o valor da indenização.

Houve réplica.

O processo foi saneado (fls. 318), tendo sido reconhecida a ilegitimidade passiva da requerida Maria Lúcia e designada audiência de instrução, na qual foi colhido o depoimento pessoal do requerido Marcos e ouvidas testemunhas.

Na sequência, as partes apresentaram alegações finais.

É O RELATÓRIO.
PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido não comporta acolhimento, não obstante o sofrimento da autora com a perda de seu filho, tão precocemente.

Como regra a responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo.

No caso em tela, contudo, a argumentação da autora é baseada na omissão do serviço público, quando tem cabimento tão-somente a responsabilidade subjetiva do Estado, pois “... *só no exame de situações concretas permite-se identificar se seria razoavelmente exigível a atuação estatal no sentido da execução da obra ou prestação do serviço devido e cuja ausência ou insuficiência terá sido a causa do dano sofrido pelo administrado; e mais, 'simples conduta omissiva do ente público, por si só, não assenta a obrigação indenizatória, havendo necessidade de que esta conduta omissiva tenha dado causa ou concorrido para a causação do acidente'* (TJRS, 12ª Câmara, 27.05.2004, RJTJRS 237/334)” (YUSSEF SAID CAHALI “Responsabilidade Civil do Estado” Ed. Revista dos Tribunais 2007 edição p. 222 - in Apelação nº 0010639-57.2008.8.26.0597, da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Comarca de Sertãozinho).

Sendo assim, há que se perquirir sobre a falta ou falha no serviço, ou seja, se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar o evento lesivo.

A prova documental juntada a fls. 194/196, que não foi contrariada eficazmente pela autora, evidencia que, de acordo com as normas técnicas, a colocação de defesa metálica não era obrigatória para o local dos fatos, embora pudesse ser recomendável, se o ente público tivesse orçamento para garantir a segurança no trânsito em condições ideais, havendo, inclusive, solicitação por parte dos vereadores, como se observa de fls. 150/151.

Sendo assim, há que prevalecer a presunção de legalidade do ato administrativo, que concluiu pela ausência necessidade técnica na colocação da defesa.

Quanto ao requerido Marcos, a prova documental e testemunhal produzidas afastam o nexo causal entre a sua conduta e o resultado lesivo e, por consequência, da proprietária do veículo.

Com efeito, já na esfera criminal, houve pedido de arquivamento do inquérito, deferido pelo Juízo (fls. 124), pois o Ministério Público entendeu que não se apurou indícios de culpa do motorista (fls. 123).

Além disso, o laudo pericial (fls. 53) indicou que, no momento da colisão, a seta do veículo do requerido estava acionada e que "ao realizar manobra de conversão à esquerda de seu sentido original de marcha, teve seu terço anterior do flanco esquerdo colidido pela motocicleta". O croqui de fls. 55 ilustra a posição dos veículos, apontando que a motocicleta da vítima trafegava atrás do veículo do requerido e, tendo ele sinalizado que faria a conversão, o condutor da moto deveria ter esperado, mas acabou se antecipando, talvez por inexperiência, pois tinha apenas 19 anos de idade e acabou colidindo com o veículo, no momento em que ele foi fazer a curva.

As testemunhas ouvidas também confirmam esta dinâmica, no sentido de que o réu deu seta, para fazer a conversão e de que, em seguida, houve a colisão, tendo a testemunha Cristiano informado que a vítima deu uma acelerada, pois achou que ia dar tempo e a testemunha Rafael, que também pilota moto, esclarecido que, se o réu estivesse em alta velocidade, a moto teria voado longe, o que não ocorreu.

Verifica-se, então, que a vítima atuou de forma imprudente, pois, mesmo sabendo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o réu iria fazer a conversão, acelerou, para tentar ultrapassá-lo, dando causa ao acidente.

Diante do exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC e **IMPROCEDENTE O PEDIDO.**

Em razão da sucumbência, condeno a autora a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo, por analogia ao artigo 85, § 8º, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais), ficando suspensa a cobrança de tais verbas, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

P I

São Carlos, 03 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**